



Líderes conversam com o Senador Nelson Carneiro (sentado, à direita)

143

Críticas ao novo 'cochilo' jurídico

CIDA FONTES

BRASÍLIA — A edição da Medida Provisória que autoriza o Governo a extinguir ou privatizar o Lloyd Brasileiro foi interpretada no Congresso Nacional como mais um "cochilo" do Governo que, não precisaria se valer daquele instrumento para adotar uma dessas alternativas. Após sucessivas reuniões com técnicos e com o Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, os parlamentares chegaram a uma conclusão: o Palácio do Planalto não estava preocupado com o destino da Medida. O único interesse era receber a autorização do Congresso para destinar recursos do Fundo da Marinha Mercante ao saneamento das finanças da empresa.

Depois de idas e vindas ao Ministério da Justiça, os líderes do Governo propuseram eliminar completamente a Medida e apresentar um projeto de conversão que trata da liberação dos recursos. Diante disso, o texto original do Governo foi substancialmente alterado, preservando, contudo, o patrimônio da empresa e deixando com o Governo a decisão sobre o seu fu-

turo. A partir do momento em que formalizou, desnecessariamente, uma consulta ao Congresso para privatizar ou dissolver o Lloyd, o Governo, no entender dos partidos de esquerda, correu o risco de perder até essa prerrogativa, caso a Medida fosse rejeitada. Se isso ocorresse a situação da empresa iria parar na Justiça.

— O Bernardo Cabral (ex-Ministro da Justiça, cuja gestão foi considerada repleta de trapalhadas pelo Congresso) foi consultado antes de mandar essa Medida? — perguntou o Líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, na reunião dos Líderes quando todos, até os governistas, estavam perplexos com o fato de o Presidente ter editado uma Medida inócua.

— Além disso, o Governo não diz o que quer com a Medida — comentou o Líder do PCB, Roberto Freire, defendendo a exclusão da palavra privatização do texto.

— O Governo quer extinguir o Lloyd — informaram os Líderes José Ignácio e Humberto Souto.

— Então, por que não tratou só da extinção? — insistiram os Deputados.